

INFORME FORPIBID Nº 07/2016

23/03/16

AVANÇOS E DESAFIOS PARA O PIBID

Como todos sabemos, desde 2014, a crise econômica vem afetando o PIBID e o PIBID Diversidade. Os problemas tiveram início com o atraso de bolsas, o não repasse da verba de custeio, o anúncio de corte de pelo menos 50%, o fechamento do sistema para inclusões de novos bolsistas, o aviso de desligamento de bolsistas que completavam 24 meses e a proposta de novo edital com redesenho do Programa. Chegamos em 2016 com a perspectiva de extinção dos projetos institucionais aprovados pelo Edital 061 e 066/2013, com encerramento dos subprojetos das licenciaturas e reorganização do Programa em torno de um único eixo temático, com concentração em única etapa da Educação Básica, entre outras mudanças. Ou seja, corríamos o risco de redução drástica de bolsas e de mudança radical de enfoque do PIBID - da formação do professor para o atendimento às escolas de baixo IDEB.

A primeira carta em defesa do PIBID, divulgada no ENALIC/Natal-RN, em dezembro de 2014, foi um marco inicial na mobilização histórica construída pelos pibidianos, constituindo forte resistência às ameaças ao Programa. O FORPIBID iniciou seus trabalhos com uma organização regional, estadual e local, envolvendo os diferentes atores do Programa, com a realização de ações sistemáticas e coordenadas, dando visibilidade aos resultados do PIBID e conquistando respeito ao movimento organizado pelos educadores. Foram cartas, abaixo-assinados e moções; atos públicos nas praças; reuniões com órgãos do governo; audiências públicas no Senado e Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores; interação com entidades científicas, acadêmicas e sindicais; divulgação nos jornais, TVs e redes sociais. Nesse movimento, com a participação ativa das instituições de ensino superior e escolas públicas de Educação Básica, revelou-se a força do Programa, inclusive na formação para a cidadania.

Esse movimento do tamanho do Brasil, vem resultando em conquistas significativas, sem deixar de apresentar novos desafios para o PIBID. O governo garantiu a manutenção das bolsas sem a exclusão automática dos [bolsistas ID que completaram 24 meses](#), se comprometeu em retomar o pagamento do custeio e dar continuidade aos projetos institucionais aprovados, sem o lançamento de novo edital. Com o reconhecimento do caráter estruturante do PIBID pela ponte criada entre IES e escolas, passamos a uma nova etapa de diálogo com o MEC/CAPES, retomando a condição essencial de gestão democrática da política pública. Ultimamente, o FORPIBID participou de reuniões semanais de trabalho visando pactuar princípios norteadores para o alinhamento do PIBID com outros programas, para somar esforços e dar foco a

necessidades educacionais que não podem ser proteladas. Desse modo, o PIBID passou a ocupar um lugar estratégico para a reflexão e ação em torno das políticas públicas dirigidas à alfabetização e letramento, entre outras, para as quais vem dando subsídios relevantes, nos diversos contextos escolares onde tem atuado.

Nos dias 21, 22 e 23 de março de 2016, ocorreu nova reunião com a presença dos representantes do FORPIBID, MEC, SEB, SECADI e CAPES para discutir as bases de construção do Termo de Referência que deverá reorientar a formação no PIBID. A DEB/CAPES apresentou os seguintes pontos: 1) focar as escolas prioritárias e aumentar em até 10 mil o número de escolas atendidas pelo PIBID; 2) reorganizar os subprojetos por nível/etapa de ensino e eixos estruturantes; 3) reduzir o custeio para R\$250,00 por ID, por ano; 4) aumentar a proporcionalidade de ID por supervisor e coordenador de área (1 CA, 2 SUP e 20-30 ID); 5) retirar a concessão de bolsa para coordenação de gestão de processos educacionais; 6) em 2017, pagar 10 parcelas de bolsas; 7) limitar em até 1.200 IDs por IES; 8) articular o PIBID aos programas da Educação Básica (PNAIC, Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Pacto para o Ensino Médio); 9) inserir o PIBID no Pacto entre governo federal e as redes de ensino; 10) selecionar supervisores pelos sistemas de ensino para acompanhar IDs em até três escolas. Os pontos específicos do PIBID Diversidade foram apresentados mais rapidamente, com o compromisso de agendamento de reunião com pauta única sobre o assunto, com a presença dos representantes do PIBID Diversidade, a ser agendada pela CAPES, com a presença da SECADI.

Frente a todos esses pontos, o Forpibid assim se posicionou: (1) Houve reconhecimento do esforço do MEC e da CAPES de integrar as políticas de modo a considerar as escolas prioritárias, dando ênfase ao papel estratégico do PIBID e considerando os efeitos positivos nas escolas em que atua. Por isso, o FORPIBID considera que é possível aumentar a presença do Programa nessas escolas para contribuir com a melhoria de qualidade do ensino, com a ressalva de preservar a natureza do PIBID e fortalecer seu modelo de formação. (2) Nesse sentido, houve acordo entre a CAPES e o Fórum de que os projetos institucionais mantenham os subprojetos por licenciatura, os quais articulam formação e identidade profissional do professor, sendo necessário que estes se organizem por eixos estruturantes, áreas e etapas da Educação Básica. Nessa perspectiva, as IES podem ser orientadas a buscar o diálogo com demandas por alfabetização, letramento e áreas de conhecimento do ensino médio garantindo que todas as licenciaturas que atendem a Educação Básica sejam contempladas. (3) O FORPIBID argumentou que a redução do custeio para R\$ 250,00 por bolsista ID implicará em prejuízos no desenvolvimento pleno das atividades formativas do programa. No entanto, a Capes tratou como ponto inegociável, dado o seu limite de recursos para 2016 e 2017. (4) A adequação do PIBID às limitações orçamentárias também foi motivo para alteração da proporcionalidade do número de bolsistas ID por supervisor e coordenador de área (1 CA, 2 supervisor e 20-30 ID). Nesse caso, o FORPIBID apontou que o ônus recai sobre os formadores, podendo comprometer a qualidade do Programa. (5) A não concessão de bolsa para coordenação de área de gestão de processos educacionais também implica na queda de

qualidade do trabalho, em especial nesse momento de aumento da responsabilidade das IES com mais escolas públicas. Para a CAPES, há um problema com a legalidade da função, que não está prevista no Decreto N. 7.219/2010, sendo citada apenas na Portaria 096/2013 e nos editais. No entanto, A CAPES se comprometeu a estudar uma possibilidade de manter os CG's pelo menos para as instituições *multicampi*. (6) A redução do número de pagamentos de bolsas 12 para 10 meses foi considerada inaceitável pelo FORPIBID, pois compromete a permanência dos bolsistas nos cursos, quebra a isonomia entre programas de bolsas nas IES, representando um tratamento desigual em relação a outros programas de bolsa que têm a mesma estrutura e mantêm seus pagamentos ao longo do tempo de vigência do benefício, sem interrupções. Explicando sobre a dificuldade de suplementação de recursos, a Capes colocou que uma alternativa seria cada IES definir o período dos 10 meses para os pagamentos. (7) O limite de 1.200 IDs por IES foi tratado pelo FORPIBID como medida de ajuste compreensível, dada a necessidade de adequação do Programa ao cenário da crise econômica, deferente do momento em que a CAPES não havia estabelecido limite máximo para as IES solicitarem seu quadro de vagas. (8) Houve acordo sobre a importância da organicidade das ações nas escolas, por meio de busca de articulação entre PIBID e programas da Educação Básica (PNAIC, Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Pacto para o Ensino Médio). (9) o FORPIBID e a CAPES reforçaram a necessidade do diálogo entre IES (ANDIFES, ABRUEM, CONIF e ABRUC) e as redes de ensino (UNDIME, CONSED) como condição para a efetividade dessa articulação de políticas, sugerindo a definição de uma agenda de trabalho em nível federal, estadual e municipal. (10) A indicação de supervisores pelos sistemas de ensino deve ter critérios bem definidos e contemplados no momento da pactuação entre as IES e as redes de ensino. Também deve ser feita por meio de chamada pública e em parceria com as IES. Houve acordo de que o supervisor seja professor *em exercício na sala de aula*, sendo que o projeto institucional deverá incluir proposta de ações integradoras com pelo menos outras três escolas prioritárias, visando ampliar a presença do PIBID nas redes de ensino.

Estão previstas novas etapas de trabalho para tratar do processo de implementação das mudanças, assegurando a efetividade das ações. O Termo de Referência que orientará os coordenadores institucionais será enviado pela CAPES em abril de 2016, para que seja possível iniciar as mudanças nas IES a partir de julho de 2016. Será necessário estreitar a relação entre os atores envolvidos, desde o diálogo para a seleção de supervisores até o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades formativas para a efetividade das ações nas escolas.

Apesar das condicionantes, temos expectativa que o diálogo entre pares crie oportunidade para que o PIBID tenha continuidade, atravesse essa fase sem perder sua natureza e se consolide como Política de Estado. É importante que os coordenadores institucionais discutam os assuntos aqui tratados com seus pares, nas reuniões internas, estaduais e regionais, potencializando a nossa rede de formação com a troca de experiências e de informações técnicas e acompanhamento permanente do trabalho, visando sempre o aperfeiçoamento do PIBID. A autonomia das IES para rever seus projetos institucionais aprovados pelos Editais 061

e 066/2013, sem perder o quantitativo de bolsas pela exclusão automática do [bolsistas ID que completarem 24 meses](#) e preservando o modelo de formação do PIBID são conquistas, mas não diminuíram a responsabilidade do Programa diante das demandas de integração de políticas públicas e foco nas escolas prioritárias, em especial pelo momento de recessão econômica pelo qual passa o país. O desafio de resistir à crise econômica terá efeitos importantes no cotidiano do Programa até que haja uma alteração dessa conjuntura.

A nossa avaliação é de que a luta tem nos fortalecido enquanto coletivo de educadores. Se o momento é de incertezas, importa que sigamos juntos, ombro a ombro, somando forças para enfrentar as dificuldades - que são muitas. Assim, vamos construindo, a cada dia e na concretude do universo das escolas, um novo projeto de educação, de formação de professores e de sociedade, no exercício autêntico de educadores que somos e na certeza de que juntos *‘somos Pibid’*.

DIRETÓRIO NACIONAL DO FORPIBID